


# “Os Homens serão sempre insensíveis ao sangue”: vida e morte na Confederação do Equador

PAULO HENRIQUE FONTES CADENA<sup>1</sup>

## RESUMO

 ano de 1824 foi um dos mais conturbados da história do Brasil. Pernambuco, Ceará, Paraíba, dentre outras províncias, entraram em conflito com o imperador Pedro I. Desde 1823, o clima de desesperança e desordem reinavam no novo Estado que estava se organizando. Para piorar a questão, Pedro I resolveu dissolver a Constituinte, embaraçando, ainda mais, os problemas já existentes no recém-independente país. Não foi de forma pacífica que as províncias receberam essa decisão e algumas outras, como por exemplo, a nomeação de Francisco Paes Barreto para a presidência de Pernambuco. Neste artigo, trataremos dos confrontos que tomaram Pernambuco e Ceará nos dias da Confederação do Equador. Para isso, utilizaremos Registros Paroquiais de Óbitos, Relatos de Viajantes e de protagonistas do movimento, bem como extensa e já consolidada historiografia.

## INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste texto é perceber algumas mortes nos dias de 1824 nas províncias de Pernambuco e Ceará. Para alcançar esse intento, vamos iniciar tratando do significado de algumas palavras que serão utilizadas neste escrito: assassinado, assassinato.

Para Antônio de Moraes Silva, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, assassinato é “o ato de assassinar, o assassinio, executado,

---

<sup>1</sup> Sócio efetivo do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

ou intentado”. Assassino é “o que dá morte violenta, matador”. Assassínio é a “morte violenta que se dá” (SILVA, 1789, p. 206). Moraes Silva diz isso em 1789, tendo o seu dicionário perdurado em uso por todo o século XIX. Importante é notar que Moraes Silva depôs contra os participantes da Revolução de 1817 (CARVALHO, 2010).

Segundo outro dicionarista, Silva Pinto, “assassínio” é “morte que se dá violentamente a outrem” (PINTO, 1832, p.108) . Este dicionarista publica os seus estudos em 1832 sob o título de “Diccionario de Lingua Brasileira”.

Moraes e Silva conceituou “execução” como o seguinte: “o ato de executar mandado, preceito, sentença do Rei, Juiz Superior, judicialmente ou sem ordem de juízo” (SILVA, 1789, p. 795). Em “executar” colocou: “Por em efeito, efetuar, dar à execução o que estava projetado, traçado, intentado, mandado, ordenado; cumprir [...] a sua vontade, a ordem, a sentença: daqui executar o condenado [...], dar-lhe em suplício, a que foi condenado pela sentença: executar o devedor” (SILVA, 1789, p. 795). Em 1824, não precisamos dizer muito, já que é óbvio, assassinatos e execuções ocorreram. Os textos que estão escritos nos livros de registros de óbitos paroquiais trazem a palavra “assassinado” na maior parte das vezes que este ato aconteceu. E, como já dito, para Moraes Silva, ela pode ser sinônimo de “execução”. Desta feita, seremos fiéis ao que indicam os documentos. Quando aparecer a palavra “assassinado” assim nos referiremos. Após estas explicações, podemos entrar naquilo a que nos propusemos.

## **PERNAMBUCO EM CHAMAS**

Depois que o Conde dos Arcos mandou tropas para encerrar a revolução que durou de 6 de março a 19 de maio de 1817, parte dos pernambucanos envolvidos ficaram encarcerados na Bahia. Uns foram mortos, outros presos, e outros até emudeceram, como foi o caso de Gervásio Pires Ferreira (MARTINS, 2022, pp. 140 - 141). Muitos continuaram falando. Um deles, por função própria de pregador, foi o Deão da Catedral, Bernardo Luiz Ferreira Portugal, do Bispado de Olinda. O Reverendo deve ter pregado mais a liberdade no mundo que o livre voar do Cristo, e, por isso, foi condenado à morte. Sobreviveu porque aos 22 de fevereiro de 1821, as Cortes Constitucionais de Lisboa concederam ampla anistia aos revolucionários

pernambucanos presos em Salvador. Ainda mais: o deão era um estrategista: segundo o padre Dias Martins, “dando em provas documentos, e um testamento feito no calor da revolução, e guardado no convento de S. Francisco de Olinda, no qual se declarava vassalo fiel do rei D. João VI, instituindo-o por herdeiro” (MARTINS, 2022, pp. 200 - 201), não lhe ocorreu a morte. Mas da prisão não pode escapar. Não saiu logo da Bahia. O padre Joaquim Dias Martins, seu contemporâneo, colocou que se deveu ao Deão grande parte daquilo que aconteceu na Bahia aos 10 de fevereiro de 1821, “em que a Bahia se rebelou contra a corte do Rio de Janeiro, proclamando e aderindo às cortes de Portugal” (MARTINS, 2022, p. 200).

Quando retornaram à Pernambuco, muitos dos ex-encarcerados pretendiam a formação de uma junta de governo local. O governador Luís do Rego, chegado a Pernambuco após os problemas de 1817, desagradava alguns desses sujeitos. Aos 30 de agosto de 1821, Luís do Rego formou a sua própria Junta de Governo. Colocando seu cargo à disposição, ninguém assumiu (CARVALHO, 1998, p. 335).

Em 29 de agosto, militares, milicianos, plantadores e ex-rebeldes de 1817, formaram a “Junta de Goiana”: uma outra junta provisória que ameaçava, em 1º de setembro, a tomada do Recife, se o governador não entregasse o cargo. Luís do Rego, correspondendo-se com a “Junta de Goiana”, enviou promessas de paz e anistia e não deixou de comunicar-se com a Bahia – no pedido de reforços (CARVALHO, 1998, p. 335).

Aos poucos, os membros da “Junta de Goiana” foram sendo vistos como rebeldes, por Luís do Rego. No entanto, a conjuntura evoluiu de forma favorável a eles. Em setembro, foi redigido o decreto estabelecendo regras para a formação de uma nova Junta de Governo. Desta feita, haveria a separação entre o cargo do governador das armas e do governo civil. O general Luís do Rego se enfraquecia.

Em 5 de outubro de 1821, a Junta de Goiana e o general português chegaram a um acordo: o Recife ficava sob controle do governador; o restante da província, seria governado pela Junta de Goiana. O arranjo valeria só até a eleição de uma nova Junta. Na reunião onde foram tomadas tais decisões, um dos enviados pelo governador era Gervásio Pires Ferreira, um dos rebeldes de 1817.

Luís do Rego deixou Pernambuco em 26 de outubro de 1821, no mesmo dia em que foi eleita a primeira Junta de Governo de Pernambuco

sob a presidência de Gervásio Pires. Marcus Carvalho entendeu que, com o afastamento de Luís do Rego, as disputas internas entre as elites aumentavam, levando-se a perceber duas tendências principais entre os poderosos locais (CARVALHO, 1998, p. 338). Uma tendência aproximava-se do projeto do Rio de Janeiro, defendendo a união das províncias sob o príncipe regente: os centralistas. “Congregava muita gente da antiga aristocracia açucareira, e viria a ser liderada pelo morgado do Cabo, sucedido pelos irmãos Cavalcanti” (CARVALHO, 1998, p. 339). Gervásio Pires se inseria na outra tendência: a federalista, que procurava a autonomia provincial, pouco importando se a sede fosse no Rio de Janeiro ou em Lisboa.

Os centralistas de Pernambuco estavam bem-organizados e pressionavam Gervásio Pires para aderir ao Rio de Janeiro. Pires apresentava atitudes ambíguas, enviando votos de louvor ao príncipe regente, por ocasião do “fico” (9 de janeiro de 1822), e escrevia para Portugal garantindo fidelidade às Cortes. Não se comprometia com ninguém. Todavia, acuado pelo grupo centralista, assinou um documento jurando fidelidade a Pedro de Alcântara (CARVALHO, 1998, p. 350).

A insatisfação era crescente contra o governo de Pernambuco. Aos 13 de agosto de 1822, Pires Ferreira informou às Cortes a perda do controle da tropa. Logo depois, renunciou ao cargo. Em 17 de setembro de 1822, formou-se nova Junta de Governo, e essa estaria ligada ao Rio de Janeiro: foi um golpe contra Gervásio Pires, possível pelo apoio militar (CARVALHO, 1998, p. 352).

Constituiu-se, desta forma, uma Junta de Governo Provisória, liderada por Francisco de Paula Gomes dos Santos. O presidente do Tribunal de Justiça, junto com os representantes de José Bonifácio, articulou um novo governo, pondo à frente um Albuquerque Maranhão. Saía um liberal histórico e assumia um senhor de engenho, como lembrou Carvalho (1998, p. 354). Era instaurado o “Governo dos Matutos”, que ao lado de Afonso de Albuquerque Maranhão, trazia Francisco Paes Barreto, o morgado do Cabo, e Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, não o pai, que já estava falecido, mas o filho, que também foi preso em 1817. “Essa facção oligárquica receberia todo o apoio do governo central” (CARVALHO, 1998, p. 354).

Em 20 de outubro de 1823, Dom Pedro I criou os Conselhos de Governo Provinciais em substituição às Juntas. Aos 12 de novembro, logo depois das instruções para essa reforma política, ocorreu o fechamento da

Assembleia Constituinte, que frei Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca denunciou: “Acorda, pois, oh Pernambuco, do letargo em que jazes! Atenta os verdadeiros interesses, vê o perigo; olha o medonho nevoeiro que se levanta do sul, e que se vai desfechar em desastrosa tempestade [...]”. Ainda disse o frei: “Amanheceu nesta corte o lutuoso dia 12 de novembro, dia nefasto para a liberdade do Brasil e sua independência” (O TYPHIS PERNAMBUCANO, n.1, 25 dez.1823). Caneca denunciava. E na quinta-feira, 15 de janeiro de 1824, escrevia o autor do Typhis: “Tão grande foi o vulcão que fez a sua explosão nessa capital do Brasil que quanto mais se reflete sobre ele tanto mais nos horroriza e faz tremer os corações mais intrépidos” (O TYPHIS PERNAMBUCANO, n.4, 15 jan. 1824).

A chegada dos deputados provinciais a Pernambuco, depois do fechamento da Constituinte, se deu no final de novembro de 1823. Acabava o “Governo dos Matutos” diante das confusões que iam ocorrendo. Sob a presidência da Junta de Governo de Pernambuco, em 13 de dezembro de 1823, houve eleição para a presidência de nova Junta, vencida por Manuel de Carvalho Paes de Andrade. Em 8 de janeiro de 1824, os eleitores das paróquias confirmaram a eleição de Manuel de Carvalho (LIMA SOBRINHO, 2022).

Retornemos ao final de 1823. Um problema existia, segundo Barbosa Lima Sobrinho: “até esse momento [13 de dezembro de 1823], não havia notícia certa da nomeação de Francisco Paes Barreto para a presidência da província de Pernambuco. A carta imperial teve a data de 25 de novembro, mas sofrerá alguma demora na expedição [...]” (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 191). Em 2 de fevereiro, Paes Barreto envia ofício a Carvalho informando da sua nomeação. As refregas entre os dois serão imensas. Carvalho não entrega o poder.

Ao saber que Paes Barreto estava com problemas para assumir a província de Pernambuco, Pedro I envia um bloqueio naval ao Recife, iniciado em 7 de abril de 1824 (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 218). Em 24 do mesmo mês, o decreto imperial nomeava presidente a José Carlos Mayrink da Silva Ferrão.

Nesse imbróglio, devemos perceber um problema: a Constituição. O viajante João Armitage disse:

*O projeto da nova constituição outorgada pelo Imperador; publicou-se nos primeiros dias de 1824; mas não se cumpriu a promessa feita de que seria submetida à aprovação, de uma Assembleia*

*Nacional. Remeteram-se cópias dela às Câmaras Municipais das diversas províncias, e como se julgasse que a pluralidade se pronunciaria a favor da sua adoção, o Imperador, a Imperatriz, o bispo do Rio [de Janeiro], e a Câmara Municipal, a juraram em 25 de março seguinte (ARMITAGE, 2011, p.171).*

Lúcia Neves aponta que a Constituição “trazia uma diferença fundamental [da outra que estava sendo preparada]: não emanava da representação da nação, mas era concedida pela magnanimidade do soberano, tendo sido elaborada por um conselho de Estado, instituído pelo imperador” (NEVES, 2011, p. 104). A historiadora ainda complementa: “as províncias do Nordeste, há muito insatisfeitas com a política da corte, [...] manifestaram-se em uma nova explosão revolucionária. A nomeação por Pedro I de um presidente indesejado para a província de Pernambuco forneceu o pretexto para a revolta” (NEVES, 2011, p. 104).

João Armitage colocou que “o presidente [Manoel de Carvalho] proclamou em 2 de julho [de 1824 a Confederação do Equador], denunciando a D. Pedro como traidor, e dizendo que as suas intenções eram abandonar o Brasil aos portugueses” (ARMITAGE, 2011, p. 171). Barbosa Lima Sobrinho indicou que “a dissolução da Assembleia Constituinte fora o anúncio da traição” (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 245). O manifesto proclamado no dia 02 de julho de 1824 terminava com “Viva a Confederação do Equador”.

A Confederação do Equador iniciou, em Pernambuco, a ser esmagada lenta e fortemente em setembro de 1824. Muita gente morreu naquele ano, sendo a favor ou contra o governo de Manoel de Carvalho. Nas outras províncias do Norte, como o Ceará, a mesma coisa ia acontecendo.

## **CENAS DE MORTE ENTRE CEARÁ E PERNAMBUCO**

Quem consultar o livro de óbitos, que cobre o período de 1816 e 1855, da paróquia de Santo Antônio de Jardim, localidade cearense que faz fronteira com Pernambuco, encontrará dois registros seguidos, datados a 28 de setembro de 1824<sup>2</sup>. Neste dia, foi dada sepultura, no interior da

---

2 DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO (Crato-CE). Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim - 1816-1855.

igreja matriz, de “grades abaixo”, ao corpo de Leonel Pereira de Alencar. Casado com Maria Xavier da Silva, Leonel morreu naquela mesma data. Era comum no século XIX que os sepultamentos ocorressem um dia após o falecimento. Nesse intervalo de tempo, ocorria o velório, quando orações eram pronunciadas, velas queimadas e comidas servidas aos familiares e amigos que cercavam o defunto, em ato de solidariedade e piedade cristã. Para os católicos, o velório era um dos rituais tidos como cruciais para a melhor integração do morto à “nova vida”, quando sua alma se encaminhava para o Céu, Purgatório ou Inferno (REIS, 1991).

Mas qual seria a razão da pressa em sepultar Leonel Pereira de Alencar? A resposta nos é dada pelo padre Ignácio da Cunha Serqueira, pároco intérito de Jardim, quando registrou a causa mortis daquele: “assassinado”<sup>3</sup>. Quando desse óbito, o Ceará vivenciava dias de tensão, especialmente na região do Cariri, sul da província, onde localizava-se a vila de Jardim. A adesão por parte das elites locais à Confederação do Equador levou à deflagração de um conflito armado. No cenário em que projetos políticos díspares confrontavam-se, sangue era derramado. Leonel Pereira de Alencar foi uma das vítimas do conflito. Aliás, ele não seria a única pessoa de sua casa, no dia 28 de setembro de 1824, a pagar com a vida pela adesão ao movimento. Consta no livro de óbitos de Jardim:

*No mesmo dia[,] mês e ano[,] nesta Matriz[,] de grades abaixo[,] deu-se sepultura a Raimundo Pereira de Alencar[,] casado com Carlota de Alencar[,] assassinado[,] encomendado por mim, e para constar fiz este assento, em que me assinei. O Padre Ignácio da Cunha de Serqueira. Pró-Pároco.<sup>4</sup>*

Raimundo era filho de Leonel e o sobrenome dos dois os colocavam no centro do conflito: a família Alencar desempenhou papel destacado em 1817, quando aderiu à revolução iniciada em Pernambuco. Fixou-se na memória e foi registrada na historiografia, como na obra de Irineu Pinheiro, a cena do subdiácono José Martiniano de Alencar, “na Matriz de Crato, vestido de batina e roquete”, “armado de faca”, a proclamar a república no dia 3 de

3 DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO (Crato-CE). Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim - 1816-1855.

4 DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO (Crato-CE). Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim - 1816-1855.

maio de 1817 (PINHEIRO, 1952, p. 15). Uma vez derrotada a revolução, vários membros da família foram presos, incluindo a matriarca, Bárbara de Alencar, sendo posteriormente anistiados. Em 1821, José Martiniano de Alencar figurou entre os deputados constituintes eleitos para as Cortes Gerais de Lisboa. Feita a Independência do Brasil, em 1822, os Alencar assumiram o apoio a Pedro I: Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, junto ao capitão mor de Crato, José Pereira Filgueiras, foi um dos líderes das expedições militares que destroçaram as resistências no Piauí e Maranhão à adesão ao Império (PINHEIRO, 1952, p. 22). José Martiniano de Alencar, por sua vez, foi eleito para a Assembleia Constituinte, dissolvida pelo imperador no final de 1823. Em 1824, o clã Alencar mudou de lado mais uma vez: Tristão Gonçalves tornou-se o presidente do Ceará durante a Confederação do Equador. Portanto, os assassinatos registrados em Jardim decorriam da adesão dos Alencar ao movimento de 1824: Leonel Pereira de Alencar era tio dos irmãos Tristão e José Martiniano.

Pierre Théberge - francês radicado na cidade de Icó, depois de ter passado a década de 1840 no Recife, e um dos primeiros a escrever uma história dedicada à Província do Ceará -, narrou com detalhes os acontecimentos do dia 28 de setembro de 1824 na vila de Jardim (THEBERGE, 1875, p. 119). O pároco da localidade, padre Antônio Manuel de Sousa – conhecido realista, inimigo dos revoltosos de 1817, nome que, junto a Joaquim Pinto Madeira, liderou o conflito de 1831 e 1832, que se insurgiu contra a abdicação de Pedro I, opondo militarmente as vilas de Jardim e Crato – não estava na freguesia. Por ironia do destino, ele se encontrava em Pernambuco quando estourou a Confederação do Equador. Lembramos que os registros de óbitos de Leonel e Raimundo foram feitos pelo pároco interino, Ignácio da Cunha de Serqueira<sup>5</sup>, que alguns anos depois, em 1835, oficiou ao “Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Presidente” José Martiniano de Alencar, à época na presidência da Província do Ceará, recordando “favores” que teria feito à “família Alencar, quando de sua prisão<sup>6</sup>”.

5 DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO (Crato-CE). Livro de Óbitos da Paróquia de Santo Antônio de Jardim - 1816-1855.

6 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. Caixa de Correspondências Eclesiásticas. Ofício do padre Ignácio da Cunha de Serqueira à Presidência do Ceará. 9 de janeiro de 1835. Agradecemos ao padre Francisco Roserlândio de Sousa, diretor do Departamento Histórico Diocesano Padre Antônio Gomes de Araújo, que gentilmente nos passou cópia digital com o resumo do ofício para uso neste artigo.

Ao que parece, o padre Ignácio Serqueira cansou de ser “vigário interino” de Jardim e esperava que o padre José Martiniano arranjasse uma colocação menos precária em alguma paróquia, como paga pelos “favores” feitos no passado, quando o grupo vivia dias pouco alvissareiros.

Retornemos aos lances de 1824. Segundo Théberge, se o padre Antônio Manuel de Sousa não estava em Jardim, ele tinha “seus discípulos” que “dominavam” a vila: “os imperialistas aproveitaram-se da ocasião para exercer cruéis vinganças particulares, especialmente contra os membros da família Alencar” (THEBERGE, 1875, p. 119). Foi nesse cenário que os destinos de Leonel e Raimundo foram selados. Antônio Francisco de Mello, procurador da Câmara de Jardim, com cerca de trezentos homens armados, tomou a vila no dia 28 de setembro, “vociferando contra os republicanos que eram pouco numerosos, e que havia pouco tinham chegado da capital [Fortaleza], onde haviam ido assistir ao Grande Conselho de 26 de agosto [quando a adesão à Confederação do Equador ocorreu]” (THEBERGE, 1875, p.123). Narrou Theberge: “Leonel Pereira de Alencar, tio dos irmãos Alencares, foi cruelmente imolado por estes vândalos em pleno dia, e nos braços de sua própria família, em seu engenho, perto e à vista da Igreja Matriz” (THEBERGE, 1875, p. 123 - 124).

Noticiados os eventos de Jardim, a reação do movimento revoltoso partiu do Crato. No dia 1 de outubro, a tropa liderada por José Pereira Filgueiras, na qual se encontravam José Martiniano de Alencar e o tenente coronel José Vitoriano Maciel, atacou, segundo Theberge, “as guardas avançadas imperialistas; que mataram ou fizeram prisioneiros; e com estes entraram na vila [de Jardim], a qual ocuparam quase sem resistência” (THEBERGE, 1875, p.124). Era a hora dos adeptos da Confederação do Equador irem à desforra e promoverem a vingança, conforme narrou Pierre Theberge:

*Meteram os prisioneiros dentro de quadrados, e aí os espancaram até sucumbirem debaixo da roda de pau que lhes foi aplicada com vontade. Ao depois agarraram pelos pés os cadáveres ainda palpitantes, e arrastaram-nos até à Matriz, para dentro da qual os arremessaram a fim de serem sepultados. Nenhum dos prisioneiros escapou com vida; e entre eles morreu grande número de inocentes, e muitos dos assassinos do dia 28 de setembro (THEBERGE, 1875, p. 125).*

Os fatos ocorridos em Jardim ilustram a violência que tomou o Ceará no ano de 1824. Em diversas localidades, as dissensões políticas levaram a conflitos muitas vezes fatais. Em março, chegava em Crato, após passagem por Recife e Fortaleza, José Martiniano de Alencar, trazendo informações “da reunião do Grande Conselho que empossara Manuel de Carvalho Paes de Andrade como presidente [de Pernambuco] e que exigia uma nova Constituinte” (COSTA, 2017, p. 148).

No segundo semestre, especialmente entre agosto e outubro, os embates se intensificaram. Não por acaso, assassinatos seriam registrados no livro de óbitos da Paróquia de Crato. Como exemplo disto, podemos citar o óbito de Vitorino Bandeira, de vinte cinco anos, que a 30 de agosto de 1824, “faleceu da vida presente” por conta “de um tiro”<sup>7</sup>. Também “de um tiro” morreu José Joaquim, viúvo, “com idade de quarenta anos”, a 25 de outubro.<sup>8</sup>

Não sabemos de que lado do conflito estavam José Joaquim e Vitorino Bandeira. Todavia, outras mortes e posições políticas foram mais bem documentadas. Irineu Pinheiro registrou o fim trágico de Inácio Tavares Benevides, responsável por lavrar a ata em que narrava “os acontecimentos do movimento revolucionário” (PINHEIRO, 1952, p. 16) em Crato de 1817. Em 1824, mais uma vez participando de uma revolta, Benevides foi, segundo Irineu Pinheiro, “preso por inimigos imperialistas nas ‘caatingas’ de Pernambuco” (PINHEIRO, 1952, p. 16). Foi então levado a Jardim, onde foi “espancado a cacete, amarrado e lançado enfim às chamas de uma fogueira” (PINHEIRO, 1952, p. 16).

Agora, vejamos os problemas de algumas mortes ocorridas no Recife em 1824. Foi em 05 de agosto de 1824, que faleceu Caetano Camelo Pessoa de Lacerda. Era um homem branco. Morria sem os sacramentos. Caetano era solteiro e morria aos 43 anos. A forma que partia da vida presente fez o vigário Antônio Francisco Monteiro registrá-la: “assassinado”. Ele morria no Engenho Monteiro e era encomendado solenemente e sepultado em hábito do Carmo na capela de São Pantaleão do próprio

7 DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO (Crato-CE). Livro de Matrimônio e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Crato - 1819-1834, p. 75.

8 DEPARTAMENTO HISTÓRICO DIOCESANO PADRE ANTÔNIO GOMES DE ARAÚJO (Crato-CE). Livro de Matrimônio e Óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Penha de Crato - 1819-1834, p. 75.

engenho onde teve a vida ceifada<sup>9</sup>. Muitas pessoas faleceram em agosto de 1824. Mas nem todas foram assassinadas. O padre escrivão deixou uma pista para quem quisesse perceber mais daquele sujeito.

Observemos que a data da morte é 5 de agosto de 1824. Pernambuco fervilhava com as ações políticas da chamada Confederação do Equador. Ao que parece, Caetano morreu - assassinado - no meio da rusga entre aqueles que aceitavam o governo de Manoel de Carvalho Paes de Andrade e aqueles que o rejeitavam. Não sabemos de que lado estava Caetano. Mas o ser assassinado no meio da confusão indica que a luta estava na ordem do dia. E é muito possível que a sua morte estivesse ligada aos movimentos da ordem revolucionária: Maria Graham colocou que, naquele mês, Pernambuco estava em uma só agitação (GRAHAM, 2021, p. 390).

A viajante inglesa conheceu Manoel de Carvalho Paes de Andrade. Colocou que “fala bem o inglês e parece homem notável” (GRAHAM, 2021, p. 390). Tentou reverter os conflitos em apoio a Pedro I: nada adiantou.

*Declarou-me que ele e seu partido nunca cederiam senão nos seguintes termos: que a Assembleia constituinte, com os mesmos membros que a compunham, seria convocada de novo; que a reunião se daria em qualquer lugar menos no Rio de Janeiro, fora do alcance das tropas imperiais. Que ele estava resolvido a tornar o Brasil livre, ou morrer no campo da glória (GRAHAM, 2021, p. 393).*

Ainda escreveu a inglesa: “fiquei aflita por deixá-lo sem realizar o que esperava. Ai de mim, os homens serão sempre insensíveis ao sangue!” (GRAHAM, 2021, p. 394). Se foi assim, mesmo considerando algum exagero próprio da linguagem dos viajantes, Graham percebeu que a coisa não estava lá caminhando muito bem. Muita gente morria. Não era só Caetano. Aos 12 de agosto de 1824, na freguesia do Sacramento de Santo Antônio, morreu assassinado José de Leona, um pardo solteiro, que estava com 26 anos e foi sepultado na Igreja do Livramento, em hábito branco<sup>10</sup>.

---

9 ARQUIVO DOM JOSÉ LAMARTINE SOARES DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. Livro de Óbitos do Poço da Panela.

10 ARQUIVO DOM JOSÉ LAMARTINE SOARES DA ARQUIDIOCESE DE OLINDA E RECIFE. Livro de Óbitos da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio - 1818-1826.

Já em setembro de 1824, no dia 12, um mês depois da morte de José, faleceu, também assassinado, Joaquim José Gomes, um branco solteiro natural do Porto, com apenas 22 anos. Sua sepultura foi dada na Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio<sup>11</sup>. Pode ser que ele faça parte daquilo que redigiu Maria Graham: “diversos pacíficos comerciantes portugueses foram mortos e se qualquer deles, assustado, corre na rua é tido como suspeito e perseguido, com poucas possibilidades de escapar” (GRAHAM, 2021, p. 392).

Um dos mais lembrados sujeitos que escreveram e lutaram na Confederação do Equador foi o frei carmelita Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca. Segundo Evaldo Cabral de Mello, “a ascendência do frei Caneca não era só reinol; era também popular” (MELLO, 2001, p. 11). Segundo o autor, sua verve revolucionária iniciaria um pouco tarde: nos dias de 1817 ele já estava com 37 anos, quase 38 (MELLO, 2001, p.15). Em meio a isso, não podemos esquecer: o religioso era um grande estudioso. Deve ter consumido as bibliotecas dos Oratorianos, do Seminário de Olinda e do próprio convento em que residia: o Carmo do Recife. Como disse Cabral de Mello, frei Caneca “tomou hábito em 1796, professou [votos] em 1797 e ordenou-se em 1801, para o que teve de alcançar dispensa apostólica, de vez que contava apenas 22 anos” (MELLO, 2001, p. 13). Com isso, podemos perceber o seu fervor pelos livros. Para tornar-se sacerdote, era necessário que o homem provasse ser conhecedor de uma série de matérias litúrgicas e civis.

Evaldo Cabral de Mello escreveu: “a 12 de setembro de 1824, os soldados do imperador ocupavam o Recife”. E prosseguiu: “Como em [18]17, os restos do exército da Confederação, com os quais se achava frei Caneca, [...], só podiam marchar para o norte, rumo ao Ceará, que aderira entusiasticamente ao movimento” (MELLO, 2001, p. 46). Em relato que escreveu sobre a expedição que realizou ao Ceará em 1824, em retirada por conta do avanço das tropas enviadas por Pedro I ao Recife, Frei Caneca testemunhou o morticínio a tomar o sertão, com os adeptos cearenses da Confederação do Equador ultrapassando inclusive os limites da província, muitas vezes sem as condições mínimas para o confronto com os imperialistas. Em certo lugar da fronteira de Pernambuco com o Ceará, viu o frade carmelita

11 Idem.

o seguinte cenário: “Ao entrar em um lugar chamado Juazeiro, ou por outro nome Cajus Novos, encontramos o campo, casa e curral cheios de cadáveres, que se avaliaram em cento e cinquenta” (CANECA, 2001, p. 595). Pouco tempo após ver tal morticínio, Frei Caneca seria preso, entre Aurora e Missão Velha, enquanto tentava chegar à vila de Crato, território dos Alencar.

## CONCLUSÃO

Depois disso, muita gente foi morta pela ação dos imperialistas, entre o Rio de Janeiro e o Recife. Manoel de Carvalho, presidente da Confederação em Pernambuco, fugiu. Caneca morreu de forma trágica. Barbosa Lima Sobrinho contou, a partir do texto escrito por uma testemunha da ação (Fernando José Martins), que o frade foi paramentado como para celebrar a missa: vestes civis, sobre elas, o hábito carmelita, sobrepeliz, amito, estola cruzada sobre o peito, cingulo, manípulo e casula. Aos poucos, foram depondo os paramentos, ficando o frade em vestes civis. Depois, o vestiram com a túnica branca dada aos condenados. Após cenas entre a Igreja de Nossa Senhora do Terço e o Forte das Cinco Pontas, Caneca foi executado (LIMA SOBRINHO, 2022, p. 259). Era 13 de janeiro de 1825 quando o arcabuz soou o tiro sobre aquele religioso. Até hoje não se sabe onde ele foi sepultado. Muita gente morreu no Recife e no Ceará. Aqui nestas páginas, apenas trouxemos alguns exemplos que estão nos livros de óbitos de algumas paróquias e na historiografia.

(Palestra proferida no Instituto do Ceará em 27 de agosto de 2024)

\*\*\*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMITAGE, João. **História do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2011.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo. O Thyphis Pernambucano, 25 de dezembro de 1823. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001.
- CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo. Itinerário que fez Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, Sahindo de Pernambuco a 16 de setembro de 1824, para a província do Ceará Grande. In: MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001.
- CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo no Recife (1822 - 1850)**. Recife: UFPE, 2010, ebook. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/407/418/1233>. Acesso a 27 nov. 2024.
- CARVALHO, Marcus Joaquim de. Cavalcantis e cavalgados: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. **Revista Brasileira de História**, v. 18, n. 36, São Paulo, maio, 1998, s. p. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/39wbBbSCVXkXHpK9vKs9fYd/?lang=pt#ModalTutors>. Acesso a 27 nov. 2024.
- COSTA, João Paulo Peixoto. Os índios do Ceará na Confederação do Equador. **Revista Brasileira de História**, vol. 37, n. 75, 2017, p. 145-167. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dcCJ6fTfXTCwW78yWS7yDGC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso a 27 nov. 2024.
- GRAHAN, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Garnier, 2021.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa Lima. **Pernambuco: da Independência à Confederação do Equador**. Recife: CEPE, 2022.
- MARTINS, Pe. Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos de 1710 e 1817**. Recife: CEPE, 2022.
- MELLO, Evaldo Cabral de (org.). **Frei Joaquim do Amor Divino Caneca**. São Paulo: 34, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. A vida Política. In. Alberto da Costa e Silva (org.). **Crise Colonial e Independência (1808-1830)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011
- PINHEIRO, Irineu. **José Pereira Figueiras**. Crato: Tipografia Livraria Ramiro, 1952.
- PINTO, Luís Maria da Silva. **Diccionario da lingua brasileira**. Ouro Preto,

Typographia de Silva, 1832.

REIS, João José. **A morte é uma Festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SILVA, Antônio de Moraes. Bluteau, Rafael. **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 1. ed. Lisboa, Simão Tadeu Ferreira, MDCCLXXXIX [1789]. 2v.: v. 1: xxii, 752 p.; v. 2.

THÉBERGE, Dr. P. **Esboço histórico sobre a Província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Typ. Imparcial de Francisco Perdigão, 1875.

\*\*\*